

Valores na conta de deputado não podem ser de rendimentos: datas e quantias nunca eram os mesmos

Depósitos desmentem Ibsen outra vez

JORGE BASTOS MORENO

BRASÍLIA — Integrante da CPI confirmou ontem que o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) recebia depósitos periódicos entre 1989 e 1990, para os quais ele até ontem à tarde não havia apresentado explicação convincente. O que chamou a atenção da CPI foi que esses depósitos ocorriam sempre, entre US\$ 8 mil e US\$ 14 mil, mas de forma irregular: os valores e as datas nunca eram os mesmos.

— Esse detalhe demonstra que não eram referentes a salário, nem a aplicações, nem a prestações da alguma natureza que o deputado estivesse recebendo — declarou o integrante da CPI.

Segundo ele, o que intriga até mesmo os amigos de Ibsen é que ele está titubeante em suas respostas. Não soube explicar rápida e convincentemente os três cheques que recebeu do também acusado Genebaldo Correia, líder do PMDB na Câmara, no valor de US\$ 51 mil; não justificou os depósitos periódicos considerados estranhos; usou apenas o termo “lapso” para ter omitido saldos bancários de US\$ 160 mil em sua declaração de bens para a Justiça Eleitoral. Enfim, listou a fonte, Ibsen Pinheiro demorou muito para enviar sua declaração de Imposto de Renda à CPI.

— Qualquer parlamentar tem sua declaração pronta, à vista. Por que o Ibsen não entregou a sua logo? — questiona o integrante da CPI.

Na reunião de ontem da comissão não foi decidida a convocação de Ibsen para depor, sob a justificativa de que ele ainda estava preparando sua defesa prévia e faltava o cruzamento de suas várias contas bancárias — esperado para hoje — pelo Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

— Mas ele muito dificilmente deixará de ser convocado — disse o integrante da CPI.

Ibsen só começou a ter algum tipo de resposta para seus depósitos periódicos a partir das 13h30m de quarta-feira, quando o gerente da agência da Caixa Econômica Federal (CEF) no Congresso, Afonso Carlos de Paula, apresentou a versão do desbloqueio dos cruzados. Ibsen encampou a versão, mas segundo dois integrantes da comissão, se confundiu quando lembraram a ele que os depósitos considerados estranhos eram entre 1989 e 1990. O bloqueio dos cruzados foi em março de 1990. O desbloqueio só ocorreu a partir de setembro de 1991.

Segundo os integrantes da CPI, Ibsen Pinheiro também não falou nada sobre o total de US\$ 160 mil depositados em suas sete cadernetas de poupança da Caixa Econômica Federal, abertas às vésperas do Plano Collor, em março de 1990. Ao saber do valor pela CPI, Ibsen fez seus próprios cálculos e então admitiu: eram US\$ 143 mil, obtidos graças a seu trabalho.

Roberto Stuckert



Ibsen Pinheiro examina documento emitido pela Caixa Econômica que justificaria a sua movimentação bancária